

Pós-Graduação

Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Avaliação de Políticas Públicas

Brasília, 12 de abril 2016

Coordenação de
Educação Superior

Instituto Legislativo
Brasileiro



SENADO
FEDERAL



1. Identificação

Nome do curso	Especialização em Avaliação de Políticas Públicas
Área de Estudo:	Ciência Política Políticas Públicas
Áreas do conhecimento	7.09.04.00-6
Modalidade	Presencial
Instituição promotora	Instituto Legislativo Brasileiro – ILB/SF
Número de vagas	35 vagas
Local de realização	Instituto Legislativo Brasileiro – ILB/SF
Portaria de credenciamento	Portaria do Ministério da Educação Nº 96 de 07 de fevereiro de 2013, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 2013.

2. Justificativa:

É função do Senado Federal e das outras instâncias do Poder Legislativo o acompanhamento das políticas públicas, que envolve mais do que a atribuição constitucional de julgamento das contas e apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo.

De fato, na medida em que boa parte dessas políticas têm tramitação legislativa obrigatória, ao longo da qual podem receber aperfeiçoamentos de diversas ordens, a responsabilidade do Legislativo deixa de ser meramente reativa e se torna proativa, cabendo-lhe parte da responsabilidade pelo sucesso dessas medidas.

Torna-se imprescindível, nesse ambiente, o conhecimento dos resultados dessas políticas, de forma a antecipar medidas legislativas que podem ser necessárias para garantir eficiência, eficácia e efetividade, estreitando a parceria com o Executivo, que é necessária à correta condução dos negócios do País.

Nesse sentido, o Presidente do Senado Federal Renan Calheiros determinou às Comissões da Casa que realizassem periodicamente o exame de políticas públicas relacionadas às suas temáticas, uma atividade que exige o aporte de conhecimento técnico especializado, difícil de ser encontrado pronto no mercado de trabalho e pouco disseminado nos quadros da própria instituição.

Compete ao Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, entre outras coisas, a condução de cursos em nível de pós-graduação capazes de formar massa crítica de profissionais para atender as necessidades específicas da Casa, necessidade que se reproduz, grosso modo, por todo o Legislativo brasileiro.

Em razão dessa realidade, o curso de pós-graduação lato sensu em Avaliação de Políticas Públicas é uma estratégia ímpar no desenvolvimento profissional dos servidores do Senado Federal e órgãos parceiros, assim como instrumento para manutenção e melhoria da democracia e ampliação da cidadania.

3. Histórico da Instituição:

O Senado Federal desenvolve atividades educacionais para formação, profissionalização, atualização e aperfeiçoamento de seu quadro de servidores desde 1970. Inicialmente, por meio do Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal;

depois, pelo Centro de Formação e Administração Legislativa (CEFAL), transformado, em seguida, no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal (CEDESEN) e, a partir de 1997, pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Desde então, o ILB tem oferecido para servidores da Casa e de órgãos conveniados: a) cursos presenciais de formação e capacitação; b) educação a distância para o Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, para países de língua estrangeira e para a sociedade em geral, utilizando metodologia própria; e c) outras atividades de ensino.

A partir de 2001, com a criação da Unilegis, hoje incorporada ao ILB, iniciou-se a oferta de educação superior, com a realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização), em parceria com renomadas universidades federais, nas áreas de Ciência Política, Comunicação, Direito e Administração Legislativa. Tal iniciativa objetivou atender aos novos paradigmas impostos pela modernidade e pela certeza de que o ensino superior é um dos principais instrumentos de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade, bem como depositário e criador de conhecimentos.

As outras atividades de ensino desenvolvidas nessa área voltam-se ao aprimoramento dos procedimentos legislativos e ao estudo de questões estratégicas ligadas ao desenvolvimento do País. Envolvem a realização de ciclos de conferências, seminários, debates e palestras, abertos ao público e transmitidos via videoconferência para todas as Assembleias Legislativas, promovendo a disseminação ampla e democrática de conhecimentos.

Com o intuito de continuar a estimular a produção de conhecimentos técnicos especializados, foram publicados na Revista de Informação Legislativa do Senado Federal os trabalhos produzidos pelos alunos das duas primeiras turmas do Curso de Especialização em Direito Legislativo e da primeira turma do Curso de Análise da Constitucionalidade, ambas implementadas por meio de convênio com Instituições Educacionais externas. Cada número da revista contém vinte e um artigos.

Além disso, todas as monografias aprovadas pela banca examinadora dos cursos de especialização foram encadernadas e colocadas à disposição para consulta na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, e divulgadas na biblioteca virtual. Ainda na área de produção científica, foram criadas as “Edições Unilegis de

Ciência Política”, contemplando os livros “Introdução à Ciência Política” “Introdução à Filosofia Política” e “Sistemas Políticos e o Modelo Brasileiro”.

A grande experiência educacional adquirida, a excelência no atendimento às necessidades dos servidores e o aumento da demanda por formação continuada em nível de pós-graduação na área legislativa, levou o Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro, a desenvolver seu próprio programa de pós-graduação credenciar-se junto ao MEC para ofertar e obter certificação própria dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. De acordo com o Parecer CNE/CES nº360/2012, aprovado em 2/10/2012 e publicado no Diário Oficial em 7/2/2013, o ILB está credenciado para ministrar cursos de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu*, em regime presencial, nos termos do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 7, de 2011, que enquadra o ILB como Escola de Governo pelo prazo de 3 (três) anos.

Em agosto de 2013, foram ofertadas 80 (oitenta) vagas para os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito Legislativo (40) e Administração Legislativa (40), ambas as turmas concluídas. Em setembro de 2015, mais duas turmas de pós-graduação foram concluídas: Comunicação Legislativa e Ciência Política.

4. Objetivos

4.1. Geral:

O Curso de especialização Avaliação de Políticas Públicas tem como objetivo geral compreender o papel do Senado Federal e órgãos do poder legislativo na fiscalização e avaliação das políticas públicas, assim como agregar novas habilidades e competências, essenciais tanto ao aprimoramento técnico-profissional quanto ético-comportamental, de modo a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações desses órgãos.

4.2. Específicos:

- Conhecer a abordagem da avaliação das políticas públicas realizada pelo poder Legislativo;
- Acompanhar o ciclo das principais políticas públicas;
- Capacitar os servidores envolvidos direta ou indiretamente no processo de elaboração, implementação e posterior avaliação das políticas públicas.

5. Número de vagas e Público-Alvo:

O público-alvo envolve, preferencialmente, os servidores do Senado Federal, sendo disponibilizadas vagas para servidores de outros órgãos conveniados, de acordo com o Art. 16 do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº40, de 2014. Serão disponibilizadas 35 vagas, distribuídas da seguinte forma: a) 32 vagas para os servidores do Senado Federal; b) 3 vagas para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do DF e servidores do TCU.

6. Concepção do Programa:

Os profissionais que trabalham direta ou indiretamente na área de Políticas Públicas devem possuir amplos conhecimentos técnicos e políticos subsidiando suas atuações. Nessa perspectiva, esses servidores devem estar inteirados do papel do Senado Federal e dos órgãos do poder legislativo têm na fiscalização e na avaliação das políticas públicas propostas. Esse cenário motivou o Programa de Pós-Graduação a conceber o Curso de Avaliação de Políticas Públicas a fim de reforçar o papel social do poder legislativo, bem como a criação e a sistematização de novos conteúdos, por meio das pesquisas produzidas pelo corpo docente e discente do ILB.

Quando se idealiza a formação de especialistas em Avaliação de Políticas Públicas, busca-se, além da ampliação do saber técnico, o desenvolvimento de novas competências e habilidades na área, que permitam tanto a correta associação da teoria à prática quanto o aumento da capacidade de os indivíduos intervirem positivamente na dinâmica das Instituições.

O curso foi estruturado em 11 disciplinas, perfazendo o total de **420 horas/aula**. A ampla abordagem possibilitará ao aluno a reflexão acerca de diferentes campos dos saberes, permitindo a superação da simples discussão instrumental dos conceitos e técnicas, viabilizando, assim, a desejada produção de conhecimentos voltados para a melhoria das práticas que envolvem as Políticas Públicas.

A concepção do programa abordado busca a melhoria da ação dos órgãos do legislativo no que lhe dizem respeito à Avaliação de Políticas Públicas, possibilitando a aquisição de novas competências, habilidades e atitudes adequadas às práticas diárias,

respeitando não somente a necessidade de cumprir de modo mais eficiente seu papel, mas principalmente reforçando os conceitos de democracia e cidadania, visto que as políticas públicas surgem a partir das necessidades sociais.

7. Coordenação:

O curso contará com uma equipe de coordenadores - coordenador-geral e coordenador pedagógico - atuando junto ao corpo docente e discente, com o objetivo de gerenciar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. São responsáveis pela orientação científica, técnica, didática e pedagógica, assim como pelo planejamento, formulação, criação, desenvolvimento, acompanhamento, controle e avaliação dos resultados inerentes à implementação das ações educacionais; além da organização de publicações, livros, coletâneas e periódicos.

8. Carga Horária:

O Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas terá duração de 420 horas-aulas presenciais, sem contar as horas relativas às atividades complementares (12h) que se fizerem necessárias, bem como à elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC (aproximadamente 60h).

9. Período e Periodicidade:

Curso não regular;

Turno: noturno;

Duração: até 20 meses

Aulas: 2^a e 5^a – 19h às 22h15

6^a – 15h às 18h15 – sempre que necessário

10. Conteúdo Programático:

10.1 Grade de disciplinas

CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
APP1	Fundamentos de Políticas Públicas	30h
APP2	Introdução aos Estudos Legislativos	30h
APP3	Pesquisa – Trabalho de Conclusão de Curso –	60h

	módulos 1 e 2	
APP4	Políticas públicas no Brasil	45h
APP5	Diagnóstico para desenho, elaboração e avaliação de políticas públicas	30h
APP6	Instrumentos de Análise quantitativa e qualitativa	30h
APP7	Formulação e Planejamento de políticas públicas	45h
APP8	Legística e Avaliação de Impacto Legislativo	45h
APP9	Avaliação e Monitoramento de políticas públicas	45h
APP10	Procedimentos para elaboração de avaliações de políticas públicas e de impacto legislativo	30h
APP11	Tópicos Especiais em Políticas Públicas	30h
TOTAL		420h

10.2 Ementas das disciplinas

APP1 – Fundamentos de Políticas Públicas (30h)

Conceitos essenciais de políticas públicas. Perspectivas históricas e contemporâneas. Principais modelos analíticos para o estudo de políticas públicas. Estudo da ação governamental em suas funções de proposição, elaboração, implementação e avaliação de políticas. Compreensão do ciclo das políticas públicas.

APP2 – Introdução aos Estudos Legislativos (30h)

A organização, estrutura, atribuições e o funcionamento do Congresso Nacional em conjunção com as estruturas e práticas dos demais poderes da República estabelece um complexo cenário que repercute no papel e na atuação do Estado. Conhecer o funcionamento das estruturas do Estado, seus princípios, suas instituições e seus mecanismos constitui pré-requisito essencial para a devida compreensão do ciclo de políticas públicas. Essa temática será revisitada com base na abordagem dos seguintes temas: partidos políticos e seu comportamento na arena legislativa, eleições,

bicameralismo, relações Executivo-Legislativo, organização interna do legislativo, comportamento parlamentar e lobbies.

APP3: Pesquisa – Trabalho de Conclusão de Curso – módulos 1 e 2

Epistemologia. Metodologia das Ciências Humanas. Desenvolvimento e acompanhamento de uma política específica. Utilização do Estudo de Caso como instrumento de investigação, que permite ao aluno relacionar o conteúdo acadêmico à prática profissional, através da investigação de política pública específica, bem delimitada, contextualizada em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações. Para tal, será necessário a determinação dos pontos críticos; estabelecimento dos contatos para entrada em campo e localização das fontes de dados que serão necessárias ao estudo. Escolha do caso, determinando o foco da investigação. Coleta, seleção, análise e interpretação dos dados. Análise sistemática e elaboração de relatórios parciais e final do caso. Normas da ABNT. Redação técnico-científica. Estrutura e elementos do estudo de caso. Elaboração, formatação e conclusão dos estudos de casos. O professor titular da disciplina contará com a colaboração de 3 professores orientadores, posteriormente selecionados, que irão trabalhar, 20h/a cada um, com a turma ou partes da turma.

APP4 – Políticas públicas no Brasil (45h)

A produção de políticas públicas em contexto democrático. Limites institucionais na produção de políticas públicas no cenário brasileiro e marcos normativos. Poder local, o federalismo e a atribuição de responsabilidades nas políticas públicas. Atores sociais e institucionais na gestão e formulação de políticas públicas. Perfil de políticas públicas: políticas sociais, econômicas, regulatórias. Estudos de casos tipos de políticas públicas aplicados ao Brasil. Discussão sobre a legitimidade/competência do poder legislativo para avaliar políticas públicas. História das políticas públicas no Brasil, evolução da organização do Estado no Brasil. Sistemas e instituições de controle (TCU, CGU, etc.) A judicialização das políticas públicas com a Constituição de 1988.

APP5 – Diagnóstico para desenho, elaboração e avaliação de políticas públicas (30h)

Descrição e tipos de dados. Utilização de dados e produção de informações. Apresentação, estudo e análise de bases de dados, fontes de dados e de sistemas de informação brasileiros: Censo IBGE, PNAD, Ipea Data, Contas Nacionais, SIGA Brasil, entre outros (as). Conceito, propriedades e tipos de indicadores. Construção e uso de indicadores aplicado à formulação de políticas públicas.

APP6 – Instrumentos de Análise quantitativa e qualitativa (30h)

Introdução à estatística: conjunto de dados: população e amostra, tipos de variáveis e escalas de mensuração. Construção e gerenciamento de um banco de dados de pesquisa. Estatística descritiva: organização de dados – tabelas de frequência simples e cruzadas. Medidas de tendência central e variabilidade. Estatística inferencial: conceitos básicos de amostragem. Etapas do planejamento de uma amostragem. Teste de hipóteses: correlação e Regressão. Pesquisa Qualitativa: Planejamento e Coleta de Dados; Estudos de Caso; Técnica de Grupos Focais, Pesquisa Etnográfica; observação participante; Entrevistas: estruturada e não estruturada.

APP7 – Formulação e Planejamento de políticas públicas (45h)

Os princípios básicos da formulação de políticas públicas. Planos, programas e projetos. Elaboração do modelo lógico da política pública. Interesses, negociação e participação na formulação no planejamento de políticas públicas: governança, processos e limites. Estratégias para que gestores públicos melhorem a formulação de políticas públicas. Princípios básicos da tomada de decisão. Desafios na tomada de decisão. Ferramentas analíticas para os gestores públicos na tomada de decisão. Plano Plurianual e o orçamento como instrumentos de planejamento para políticas públicas. A formulação e o planejamento e as questões de sustentabilidade.

APP8 – Legística e Avaliação de Impacto Legislativo (45h)

Legística: conceito e utilidade. Legística e Produção de Normas. Modelos de avaliação de necessidade legiferante e modelos de avaliação de impacto legislativo.

Legística Material: Requisitos essenciais que devem ser observados na formulação de disposições legais ou regulamentares. Princípios das normas: Impessoalidade, Padronização, Concisão, Objetividade, Clareza, Proporcionalidade. Vantagens e benefícios de elaborar a avaliação de impacto. Avaliação das repercussões dos projetos de lei sobre o equilíbrio social e a distribuição de recursos de da sociedade. Composição de uma avaliação de impacto: da identificação do problema à comparação das análises custo-benefício das opções preconizadas.

APP9 –Avaliação e Monitoramento de políticas públicas (45h)

Conceito de avaliação e suas principais características. Tipos de avaliação: *ex-ante*, de processos, de resultados, de impacto e meta-avaliação. Avaliação e monitoramento de políticas: diferenças e aplicações. Utilizações das avaliações: instrumental, conceitual, como instrumento de persuasão e para o esclarecimento. Orçamento e avaliação: execução financeira e orçamentária, controle social do orçamento público. Tendências das atividades de avaliação no Brasil e no mundo. Desafios e dificuldades da atividade de avaliação de políticas públicas. Monitoramento de políticas públicas: tipos, experiências e sistemas.

APP10 – Procedimentos para elaboração de avaliações de políticas públicas e de impacto legislativo (30h)

Estruturação recomendada para um relatório de avaliação de políticas públicas ou relatório de impacto legislativo. Etapas do relatório de avaliação de políticas públicas: planos e objetivos; monitoramento e avaliação; institucionalização; participação social; capacidade organizacional e recursos; planejamento e gestão orçamentária; coordenação e coerência; gestão de riscos e controle interno; *accountability*. Utilização de fontes de informação e normatização de dados qualitativos e quantitativos. Introdução de sugestões e melhorias da política. Etapas do relatório de impacto legislativo: planejamento; identificação do contexto da norma; estabelecimento de textos ou de alternativas; identificação de impactos econômicos, sociais ou ambientais; comparação de proposições alternativas; definições para o monitoramento da norma e sua reavaliação.

APP11 – Tópicos Especiais em Políticas Públicas (30h)

Percepção e Identificação do problema. Formulação de alternativas. Teorias da formação de agenda, com ênfase na teoria dos múltiplos fluxos e do equilíbrio pontuado. Noções de redes de políticas públicas e interação entre atores e instituições governamentais e não-governamental. Teoria das coalizões de advocacia. Efeitos aprendizagem em políticas públicas. Teoria do Estado, com ênfase em fatores históricos e comparação ao cenário atual. Teoria de processos decisórios. A integração entre os aspectos de sustentabilidade e a formulação de políticas públicas.

11. Corpo Docente:

O corpo docente será constituído, preferencialmente, por servidores do quadro do Senado Federal, sem prejuízo da participação de professores convidados de outras instituições. Integram, também, o corpo docente aqueles que desempenham atividades educacionais na qualidade de orientadores, avaliadores e demais atividades pedagógicas.

Os docentes são selecionados por meio do Banco de Colaboradores do ILB, levando-se em conta titulação, experiência docente, pedagógica e profissional. Além de ministrar aulas, os docentes podem participar dos programas de pesquisa e extensão, orientação e avaliação de trabalhos acadêmicos, assim como de outras atividades educacionais.

12. Metodologia:

A proposta didático-pedagógica busca propiciar condições para a produção, integração e disseminação do conhecimento para aprimorar o Legislativo em benefício da sociedade, propondo condições para uma aprendizagem ativa e colaborativa, propiciando a interação entre fundamentos teóricos e práticos.

A estruturação do conteúdo do curso ocorrerá com base na adequação dos conteúdos à realidade do Poder Legislativo. As aulas acontecem presencialmente, semanalmente ou quinzenalmente, a depender da necessidade e disponibilidade dos docentes. Além das atividades letivas, é necessário o desenvolvimento de um projeto de pesquisa vinculado às práticas de trabalho, seja de intervenção ou de investigação, que implicará maior

envolvimento com o programa de formação e culminará na elaboração do trabalho de conclusão de curso, essencial à obtenção do certificado de Especialista.

13. Interdisciplinaridade:

A apresentação do conteúdo do curso abrange não apenas a área da gestão de projetos, mas engloba conhecimentos necessários às atividades típicas do Legislativo, bem como conhecimentos relativos a gestão de pessoas, administração de recursos e afins. Em um programa com essas características, a interdisciplinaridade é elemento inerente, devido a suas disciplinas permearem diversas áreas do conhecimento. O diálogo entre as áreas envolvidas também será garantido durante a elaboração e desenvolvimento do projeto que dará origem ao trabalho de conclusão do curso, que, mesmo situado em uma área específica, deverá estar associado a todo o conjunto das disciplinas do curso.

14. Atividades Complementares:

As atividades complementares (12h/a) não se encontram contabilizadas na carga horária total do curso. Essas atividades preveem cursos, congressos, seminários, palestras internas e externas, em áreas temáticas da atualidade e relevantes ao curso, podendo ser indicadas pela coordenação. Podem ser programadas, ainda, palestras, mesas redondas, seminários e discussões acerca dos temas abordados. Essas atividades respeitarão a disponibilidade dos alunos e professores, bem como o interesse do Programa em andamento.

15. Tecnologia:

Além das aulas presenciais desenvolvidas com apoio de diversos recursos (quadro branco, projetor, TV, computador, vídeo, DVD e equipamento de áudio e flip chart), os alunos contarão com o apoio de ambiente virtual contendo todo o programa, planos de ensino, bibliografia e fórum de discussão. Poderá haver, ainda, lista de *e-mails* e telefones, mediante vontade e disponibilidade da turma, a fim de agilizar e facilitar a comunicação e distribuição de informações.

16. Infraestrutura Física:

As aulas ocorrerão nas salas de aula do ILB. Esse ambiente comportará, também, a equipe administrativa e pedagógica, aproximando o contato entre alunos e corpo docente. Além das salas de aula, caso necessário, estará disponível o laboratório de informática com microcomputadores conectados à Internet e à Intranet do Senado Federal. Sempre que necessário, dependendo das características do curso ou evento a ser realizado, o ILB poderá utilizar outros espaços físicos do Senado Federal, como auditórios, salas para videoconferência etc.

Os alunos contam, ainda, com os serviços oferecidos pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, que dispõe de acervo com cerca de 60% das obras na área de Direito. A Biblioteca disponibiliza aproximadamente 200.000 livros, 6.000 títulos de periódicos, 8.000 obras raras, 3 milhões de recortes de jornais, Coleção Senador Luiz Viana Filho com 12.000 volumes, Coleção de Depósito Legal, com as obras editadas pelo Senado Federal, e biblioteca digital, com cerca de 250.000 documentos em texto completo.

17. Seleção e Matrícula:

A seleção dos candidatos será feita por meio de edital, observando o cumprimento das exigências formais mínimas, e avaliação de conhecimentos. Será designada comissão para realizar essa avaliação, mediante critérios previamente estabelecidos e divulgados no edital. A avaliação será realizada em data única, só sendo possível a existência de segunda prova por determinação do Comitê Científico Pedagógico.

A classificação obedecerá à ordem decrescente dos resultados quantitativos obtidos pelos alunos na avaliação dos conhecimentos. Essa classificação não ultrapassará o limite de vagas fixado, sendo desclassificados os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos de aproveitamento definidos pela comissão. Ressalta-se que a classificação do candidato será válida **exclusivamente** para matrícula no curso e turma para o qual se inscreveu previamente. Para a realização da inscrição, os candidatos deverão apresentar toda a documentação exigida no regulamento de participação dos cursos de Pós-Graduação do ILB.

18. Sistemas de Avaliação:

18.1 Avaliação da aprendizagem

Haverá avaliação da aprendizagem do aluno por disciplina, levando em conta sua assiduidade e aproveitamento. Para obter aprovação em cada disciplina, além da frequência mínima, cada aluno deverá atingir os objetivos de aprendizagem e desempenho propostos no plano de ensino. Os alunos serão avaliados mediante a aplicação de atividades estipuladas pelo facilitador de aprendizagem, constantes no plano de ensino, que será por ele apresentado no primeiro dia de aula da disciplina.

A aprendizagem poderá ser avaliada mediante provas escritas ou outros instrumentos definidos pelos professores. Em consonância com os arts. XVIII e XIX do Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do ILB, após a conclusão de cada disciplina, o aluno poderá obter nota entre **0 a 10**, acompanhados de apenas **uma** casa decimal. O aluno deverá obter ao final de cada disciplina, nota final **igual** ou **superior** a **6,0** (seis), frequência **igual** ou **superior** a **75%** do total de aulas, assim como menção “aprovado” (nota mínima 6,0) no trabalho escrito e na apresentação oral do TCC.

O aluno poderá apresentar recurso ao resultado da avaliação de cada disciplina, a ser interposto exclusivamente pelo interessado na secretaria do curso presencial ou através do SIGAD, sistema eletrônico de processos adotado pelo Senado, nos **5** (cinco) dias úteis a contar do **dia seguinte à divulgação** do resultado da avaliação. Nos casos de provas, o aluno poderá pedir vistas. Depois de esgotado o prazo para apresentação do recurso, a Coordenação Pedagógica do curso notificará a decisão do professor em até 10 dias úteis.

18.2 Autoavaliação Institucional

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela condução dos processos de avaliação internos do ILB bem como por sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O processo de autoavaliação será feito de modo amplo, contínuo e cíclico, almejando ter seu nível de complexidade aumentado ao longo do tempo, conforme ampliação dos cursos oferecidos. Esse processo pretende avaliar e analisar aspectos

relevantes para a Instituição, buscando o desenvolvimento integral e a melhoria constante na qualidade do processo educacional do Instituto Legislativo Brasileiro.

A CPA do ILB pretende envolver alunos, professores, funcionários, gestores, egressos e representantes da sociedade, como o Sindicato do Legislativo (Sindilegis), para discussão do processo de autoavaliação e para elaboração de instrumentos de pesquisa e relatórios. Busca a efetiva mensuração da qualidade dos processos vinculados aos programas de ensino desenvolvidos bem como a avaliação dos instrumentos utilizados.

19. Controle de Frequência:

A frequência dos alunos às aulas é obrigatória e não poderá ser inferior a 75% da carga horária de cada atividade. Essa frequência será controlada por meio de formulário próprio, não sendo permitido o abono de faltas, exceto nos casos previstos em lei. O aluno que não obtiver a frequência mínima exigida do total das aulas ou atividades programadas será reprovado por falta (RF).

20. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC:

O projeto final do curso é baseado na utilização do Estudo de Caso como instrumento de investigação, que permite ao aluno relacionar o conteúdo acadêmico à prática profissional, através da investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada, em conjunto com o respectivo professor titular da disciplina de TCC, apoiado pelos professores orientadores. Tal trabalho, deverá permitir ao aluno relacionar o conteúdo acadêmico à prática profissional. Para tal, será necessário que o aluno empregue todo o conteúdo aprendido nas demais disciplinas. O professor titular da disciplina contará com a colaboração de 3 professores orientadores, posteriormente selecionados, que irão trabalhar, 20h/a cada um, com a turma ou partes da turma.

Os TCCs apresentados recebem do professor titular, em conjunto com os orientadores, as menções “**aprovado**”, “**em reformulação**”, ou “**reprovado**”. Os critérios de formalização e avaliação deverão constar do Edital do Curso. Em caso de “**reformulação**”, as modificações sugeridas devem ser efetuadas pelo discente no prazo

determinado pelo professor titular, não superior a **45** (quarenta e cinco) dias, e reapresentadas, para que o professor titular ateste a validade das modificações realizadas, aprovando-as ou não.

21. Certificação:

O curso será certificado pelo próprio Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Para fazer jus ao certificado, o aluno deverá obter menção e frequências mínimas necessárias à aprovação, assim como deverá ser “aprovado” no Trabalho de Conclusão do Curso, de acordo com calendário e demais regras estabelecidas.

22. Indicadores de Desempenho:

- Indicadores de resultados:

Indicador	Fórmula	Meta
Vagas preenchidas	$\frac{\text{Alunos matriculados} * 100}{\text{vagas disponíveis}}$	100%
Evasão esperada	$\frac{\text{Desistência} * 100}{\text{alunos matriculados}}$	$\leq 10\%$
Alunos formados	$\frac{\text{Alunos formados} * 100}{\text{alunos matriculados}}$	$\geq 85\%$
Alunos reprovados	$\frac{\text{Alunos reprovados} * 100}{\text{alunos matriculados}}$	$\leq 5\%$
Publicações do corpo discente de monografias e/ou artigos	$\frac{\text{Trabalhos publicados} * 100}{\text{alunos formados}}$	90%
Rendimento médio por disciplina	$\frac{\sum \text{notas finais da disciplina} * 100}{\text{alunos regulares}}$	$\geq 70\%$
Rendimento médio do TCC	$\frac{\sum \text{notas finais do TCC} * 100}{\text{TCC avaliado}}$	$\geq 70\%$

Indicador	Fórmula	Meta
Rendimento médio por curso	Σ Rendimento médio por disciplina / quantidade de disciplinas do curso	$\geq 70\%$
Frequência média observada por disciplina	Σ de frequência dos alunos da disciplina / alunos regulares	$\geq 80\%$
Frequência média observada no curso	Σ de Frequência média observada por disciplina / quantidade de disciplinas do curso	$\geq 80\%$

- Indicadores de infraestrutura:

Indicador	Fórmula	Meta
Instalações Gerais	Σ dos quesitos de “Instalações Gerais” avaliados como \geq “bom” / quantidade total de formulários	$\geq 80\%$
Sala de Aula	Σ dos quesitos de “Sala de Aula” avaliados como \geq “bom” / quantidade total de formulários	$\geq 80\%$
Serviços	Σ dos quesitos de “Serviços” avaliados como \geq “bom” / quantidade total de formulários	$\geq 80\%$
Biblioteca	Σ dos quesitos de “Biblioteca” avaliados como \geq “bom” / quantidade total de formulários	$\geq 80\%$
Coordenação	Σ dos quesitos de “Coordenação” avaliados como \geq “bom” / quantidade total de formulários	$\geq 80\%$

- Indicadores de efetividade do curso:

Indicador	Fórmula	Meta
------------------	----------------	-------------

Disciplinas	\sum das disciplinas avaliadas como \geq “bom” / quantidade total de disciplinas	$\geq 80\%$
Material instrucional	\sum dos materiais instrucionais das disciplinas avaliados como \geq “bom” / quantidade total de disciplinas	$\geq 80\%$
Corpo docente	\sum dos professores avaliados como \geq “bom” / quantidade total de professores	$\geq 80\%$
Impacto Profissional	\sum dos impactos profissionais das disciplinas avaliados como \geq “bom” / quantidade total de disciplinas	$\geq 80\%$

23.